

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	8
DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	9
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	10
Demonstração de Valor Adicionado	11
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	14

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	25
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	27
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	28

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	792
Preferenciais	1.572
Total	2.364
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	30/04/2014	Dividendo	12/12/2014	Ordinária		0,02832
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	30/04/2014	Dividendo	12/12/2014	Preferencial		0,03116

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1	Ativo Total	171.180	160.552	152.148
1.01	Ativo Circulante	94.208	84.917	143.110
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	15	20	24
1.01.02	Aplicações Financeiras	93.931	84.509	135.525
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	93.931	84.509	135.525
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	93.931	84.509	135.525
1.01.06	Tributos a Recuperar	28	147	5.709
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	28	147	5.709
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	28	147	5.671
1.01.06.01.02	Outros	0	0	38
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	234	241	1.852
1.01.08.03	Outros	234	241	1.852
1.01.08.03.01	Outros Ativos Financeiros	0	7	1.650
1.01.08.03.02	Outros Ativos	234	234	202
1.02	Ativo Não Circulante	76.972	75.635	9.038
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	76.972	75.635	9.038
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	72.602	65.737	5.177
1.02.01.01.03	Aplicações no Mercado Aberto	72.602	65.737	5.177
1.02.01.06	Tributos Diferidos	0	0	716
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0	716
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.370	9.898	3.145
1.02.01.09.03	Outros Ativos Financeiros	3.812	4.276	3.145
1.02.01.09.04	Ativos Fiscais - Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	522	5.587	0
1.02.01.09.05	Ativos Fiscais - Outros	36	35	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2	Passivo Total	171.180	160.552	152.148
2.01	Passivo Circulante	151	119	119
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	149	116	119
2.01.01.01	Obrigações Sociais	149	116	119
2.01.03	Obrigações Fiscais	0	3	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	0	3	0
2.01.03.01.02	Outros	0	3	0
2.01.06	Provisões	2	0	0
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2	0	0
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	2	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	3.094	3.194	2.235
2.02.03	Tributos Diferidos	850	954	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	850	954	0
2.02.04	Provisões	2.244	2.240	2.235
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.244	2.240	2.235
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.244	2.240	2.235
2.03	Patrimônio Líquido	167.935	157.239	149.794
2.03.01	Capital Social Realizado	79.000	79.000	74.000
2.03.02	Reservas de Capital	182	182	182
2.03.04	Reservas de Lucros	88.753	78.057	75.612
2.03.04.01	Reserva Legal	11.031	10.491	10.115
2.03.04.02	Reserva Estatutária	77.722	67.566	65.497

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-989	-538	-497
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-428	-536	-491
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-414	-505	-472
3.04.02.02	Despesas Tributárias	-14	-31	-19
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-561	-2	-6
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-989	-538	-497
3.06	Resultado Financeiro	17.416	12.213	12.324
3.06.01	Receitas Financeiras	17.416	12.213	12.324
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	16.427	11.675	11.827
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.628	-4.159	-4.034
3.08.01	Corrente	-5.732	-2.489	-3.998
3.08.02	Diferido	104	-1.670	-36
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	10.799	7.516	7.793
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	10.799	7.516	7.793
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	4,56823	3,17944	3,29662
3.99.01.02	PN	4,56823	3,17944	3,29662

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	10.799	7.516	7.793
4.03	Resultado Abrangente do Período	10.799	7.516	7.793

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	66	70	103
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	10.695	9.186	7.829
6.01.01.01	Lucro Líquido	10.799	7.516	7.793
6.01.01.02	Tributos Diferidos	-104	1.670	36
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-10.629	-9.116	-7.726
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Aplicações no Mercado Aberto	-6.865	-60.560	441
6.01.02.02	(Aumento) Redução Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	-9.422	51.016	-11.245
6.01.02.03	(Aumento) Redução Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	25
6.01.02.04	(Aumento) Redução Ativos Fiscais	5.184	-60	3.522
6.01.02.05	(Aumento) Redução Outros Ativos Financeiros e Outros Ativos	471	480	-475
6.01.02.06	(Redução) Aumento Obrigações Fiscais	-3	3	-6
6.01.02.07	(Redução) Aumento Provisões	6	5	12
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-71	-74	-92
6.03.01	Dividendos Pagos	-71	-74	-92
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-5	-4	11
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	20	24	13
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	15	20	24

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	79.000	182	78.057	0	0	157.239
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	79.000	182	78.057	0	0	157.239
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-103	0	-103
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-103	0	-103
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	10.799	0	10.799
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	10.799	0	10.799
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	10.696	-10.696	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	10.696	-10.696	0	0
5.07	SalDOS Finais	79.000	182	88.753	0	0	167.935

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	74.000	182	75.612	0	0	149.794
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	74.000	182	75.612	0	0	149.794
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.000	0	-5.000	-71	0	-71
5.04.01	Aumentos de Capital	5.000	0	-5.000	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-71	0	-71
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.516	0	7.516
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.516	0	7.516
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	7.445	-7.445	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	7.445	-7.445	0	0
5.07	Saldos Finais	79.000	182	78.057	0	0	157.239

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	67.000	182	74.893	0	0	142.075
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	67.000	182	74.893	0	0	142.075
5.04	Transações de Capital com os Sócios	7.000	0	-7.000	-74	0	-74
5.04.01	Aumentos de Capital	7.000	0	-7.000	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-74	0	-74
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.793	0	7.793
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.793	0	7.793
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	7.719	-7.719	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	7.719	-7.719	0	0
5.07	Saldos Finais	74.000	182	75.612	0	0	149.794

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.01	Receitas	16.855	12.213	12.324
7.01.02	Outras Receitas	16.855	12.213	12.324
7.01.02.01	Outras Receitas/Despesas	16.855	12.213	12.324
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-414	-507	-478
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-414	-505	-472
7.02.04	Outros	0	-2	-6
7.03	Valor Adicionado Bruto	16.441	11.706	11.846
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	16.441	11.706	11.846
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	16.441	11.706	11.846
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	16.441	11.706	11.846
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.642	4.190	4.053
7.08.02.01	Federais	5.642	4.190	4.053
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	10.799	7.516	7.793
7.08.04.02	Dividendos	103	71	74
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	10.696	7.445	7.719

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

INVESTIMENTOS BEMGE S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Apresentamos as Demonstrações Contábeis da Investimentos Bemge S.A. relativas aos exercícios de 01/01 a 31/12 de 2014 e de 2013, as quais seguem os dispositivos estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As Demonstrações Contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

RESULTADO, PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ATIVOS

A INVESTIMENTOS BEMGE apresentou ao final do exercício Lucro Líquido de R\$ 10.799 mil e Patrimônio Líquido de R\$ 167.935 mil. O Lucro Líquido por ação foi de R\$ 4,57, enquanto o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 71,04. Os Ativos Totais atingiram R\$ 171.180 mil e estão compostos substancialmente por Aplicações no Mercado Aberto e Títulos para Negociação.

Auditoria independente - Instrução CVM nº 381

Procedimentos Adotados pela Sociedade

A política de atuação da INVESTIMENTOS BEMGE e da controladora, na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a dezembro de 2014, não foram prestados diretamente a INVESTIMENTOS BEMGE serviços não relacionados à auditoria externa pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas. Neste mesmo período não foram prestados às empresas do conglomerado ao qual pertence a INVESTIMENTOS BEMGE, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Conforme estabelecido na instrução CVM nº 381/03, relacionamos os outros serviços prestados, a natureza e a data de contratação:

- 13 e 22 de janeiro e 14 de março - aquisição de materiais técnicos;
- 29 de janeiro – revisão de contingências e riscos tributários em potencial aquisição de empresas;
- 16 de maio – revisão de declarações de impostos;
- 13 de junho – revisão independente da aplicação do Framework “COSO 2013” de controles internos;
- 11 de setembro – revisão independente de aspectos tributários e contábeis de operações no exterior;
- 20 de outubro – revisão independente de modelos de crédito; e
- 15 de dezembro – aplicação de procedimentos de assessoria fiscal e de preços de transferência.

Justificativa dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados ao Itaú Unibanco e suas controladas. A política de atuação com o Itaú Unibanco na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

todos foram observados na prestação dos referidos serviços, incluindo a sua aprovação pelo Comitê de Auditoria.

São Paulo, 05 de fevereiro de 2015.

A Administração

Notas Explicativas

INVESTIMENTOS BEMGE S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
(Em Milhares de Reais)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Investimentos Bemge S.A. (INVESTIMENTOS BEMGE) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 - Torre Conceição – 7º andar - Parque Jabaquara, na cidade de São Paulo.

A INVESTIMENTOS BEMGE tem por objeto apoiar as empresas de cujo capital participar, através de estudos, análises e sugestões sobre a política operacional e os projetos de expansão das aludidas empresas, mobilizando recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco, mediante subscrição ou aquisição de valores mobiliários que emitirem, objetivando o fortalecimento da respectiva posição no mercado de capitais, e atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas sociedades, excetuadas as privativas de instituições financeiras.

As operações da INVESTIMENTOS BEMGE são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. (Nota 10). Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 05 de fevereiro de 2015.

NOTA 2 – POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis estão descritas abaixo.

2.1 BASES DE PREPARAÇÃO

Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis Individuais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A preparação das Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da INVESTIMENTOS BEMGE no processo da aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade estão divulgadas na Nota 2.3.

A INVESTIMENTOS BEMGE não possui Outros Resultados Abrangentes.

2.2 PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS EMITIDOS RECENTEMENTE E APLICÁVEIS EM EXERCÍCIOS FUTUROS

Os possíveis impactos dos pronunciamentos emitidos recentemente, especificamente as alterações relacionadas ao CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação – e CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, aplicáveis em exercícios futuros, estão sendo avaliados pela Administração e não foram adotados antecipadamente.

2.3 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

A preparação das Demonstrações Contábeis de acordo com os CPCs exige que a Administração realize estimativas e utiliza premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Contábeis, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os exercícios apresentados e em exercícios subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Notas Explicativas

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão de acordo com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis. As estimativas e os julgamentos são avaliados em base contínua, considerando a experiência passada e outros fatores.

As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos estão descritas abaixo:

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos - Conforme explicado na Nota 2.4e, Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias na medida em que se considera provável que a INVESTIMENTOS BEMGE irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário da INVESTIMENTOS BEMGE é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos realizados no consolidado do Itaú Unibanco Holding S.A..

b) Valor Justo dos Instrumentos Financeiros - A INVESTIMENTOS BEMGE classifica as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração. Há três grandes níveis referentes à hierarquia de valor justo que estão detalhados na Nota 8.

A INVESTIMENTOS BEMGE acredita que as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado que independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias usadas para avaliar o valor justo de determinados Instrumentos Financeiros estão descritas em detalhes na Nota 8.

c) Ativos e Passivos Contingentes - A INVESTIMENTOS BEMGE revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

2.4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação - As Demonstrações Contábeis da INVESTIMENTOS BEMGE estão apresentadas em Reais, que é a sua moeda funcional e de apresentação destas Demonstrações Contábeis.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa - A INVESTIMENTOS BEMGE define como Caixa e Equivalentes de Caixa, as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial na rubrica Disponibilidades) e Aplicações no Mercado Aberto (Operações Compromissadas) com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 3.

c) Aplicações no Mercado Aberto - A INVESTIMENTOS BEMGE dispõe de operações de compra com compromisso de revenda de ativos financeiros.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda são registrados inicialmente no Balanço Patrimonial pelos seus valores adiantados e subsequentemente registrados ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda são lançados em Receitas Financeiras.

d) Ativos e Passivos Financeiros - Todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

A INVESTIMENTOS BEMGE não possui Passivos Financeiros e classifica seus Ativos Financeiros nas seguintes categorias:

Notas Explicativas

- Ativos Financeiros Mantidos para Negociação; e
- Empréstimos e Recebíveis.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

I. Ativos Financeiros Mantidos para Negociação

São os ativos adquiridos principalmente com o intuito de venda no curto prazo. Os ativos incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração do Resultado. Os ganhos e perdas oriundos de alterações no valor justo e as receitas de juros e rendimentos dessas operações são incluídos diretamente na Demonstração do Resultado na rubrica Receitas Financeiras.

II. Empréstimos e Recebíveis

A INVESTIMENTOS BEMGE classifica como Empréstimos e Recebíveis as seguintes rubricas do Balanço Patrimonial: Disponibilidades (Caixa e Equivalentes de Caixa), Aplicações no Mercado Aberto e Outros Ativos Financeiros.

A INVESTIMENTOS BEMGE apresenta os Outros Ativos Financeiros inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

As receitas de juros são reconhecidas na Demonstração do Resultado na rubrica Receitas Financeiras.

e) Imposto de Renda e Contribuição Social - Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no exercício aplicável. O ativo corrente é registrado no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos Fiscais - Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes.

O componente diferido, representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas, é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferidos e Obrigações Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferidos, respectivamente.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram para efeito de cálculo as respectivas bases conforme a legislação vigente pertinente a cada encargo:

Imposto de Renda	15,00%	Contribuição Social	9,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%		

f) Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes – São direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, exceto quando a Administração da INVESTIMENTOS BEMGE entende que sua realização é praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Notas Explicativas

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- **Prováveis:** para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões;
- **Possíveis:** as quais são divulgadas nas Demonstrações Contábeis, não sendo nenhuma provisão registrada;
- **Remotas:** as quais não requerem provisão e nem divulgação.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

A INVESTIMENTOS BEMGE, com base na opinião de seus assessores legais, não está envolvida em processos administrativos ou judiciais, que possam afetar significativamente os resultados de suas operações.

- g) Lucro por Ação** - O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores da INVESTIMENTOS BEMGE pelo número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. Como não há fatores de diluição, o lucro básico e o lucro diluído é o mesmo.

NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2014	31/12/2013
Disponibilidades	15	20
Total	15	20

Em 31/12/2014 e 31/12/2013 não existiam equivalentes de caixa.

NOTA 4 – ATIVOS FINANCEIROS

- a) Mantidos para Negociação** - A carteira é composta por Cotas de Fundos de Curto Prazo com valor de custo/custo amortizado e valor justo no montante de R\$ 93.931 (R\$ 84.509 em 31/12/2013).
- b) Análise de Sensibilidade** - No Itaú Unibanco Holding S.A., os fatores de risco são controlados e geridos de forma consolidada. Desta forma, os instrumentos financeiros da INVESTIMENTOS BEMGE, subsidiária integral do Itaú Unibanco Holding S.A., são parte integrante da Carteira Trading e Banking do conglomerado econômico-financeiro, conforme definido pela Resolução nº 3.464/07 e na Circular nº 3.354/07 do BACEN e no Novo Acordo de Capitais – Basiléia II. Por esta razão, não é apresentada uma análise de sensibilidade das posições individuais desta instituição.

Notas Explicativas**NOTA 5 – DETALHAMENTO DE CONTAS****a) Outros Ativos Financeiros**

	31/12/2014	31/12/2013
Devedores por Depósitos em Garantia	3.812	4.283
De Obrigações Legais - Provisões Fiscais	2.790	3.316
De Passivos Contingentes - Recursos Fiscais	1.022	967
Total	3.812	4.283

b) Obrigações Sociais - Totalizam R\$ 149 (R\$ 116 em 31/12/2013) e estão compostas por Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a pagar.

c) Despesas Gerais e Administrativas - Totalizam R\$ (414) (R\$ (505) de 01/01 a 31/12/2013) e estão compostas, principalmente, por Serviços de Terceiros R\$ (265) (R\$ (341) de 01/01 a 31/12/2013), Propaganda, Promoções e Publicidade R\$ (73) (R\$ (89) de 01/01 a 31/12/2013), Contribuição Sindical R\$ (38) (R\$ (35) de 01/01 a 31/12/2013).

NOTA 6 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social - Está representado por 2.363.936 ações escriturais sem valor nominal, sendo 792.124 ações ordinárias e 1.571.812 preferenciais.

b) Dividendos - Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social.

Em 31/12/2014 foram provisionados dividendos no montante de R\$ 103 (R\$ 71 em 31/12/2013), à razão de R\$ 0,041 (R\$ 0,028 em 31/12/2013) por ação ordinária e R\$ 0,045 (R\$ 0,031 em 31/12/2013) por ação preferencial.

c) Reservas

	31/12/2014	31/12/2013
Reservas Integralizadas - Reservas de Lucros	88.753	78.057
Legal	11.031	10.491
Estatutária ^(*)	77.722	67.566
Reservas a Integralizar - Reservas de Capital	182	182

^(*) Tem a finalidade de formar recursos para: (i) absorver eventuais prejuízos de exercícios subsequentes; (ii) efetuar investimentos estratégicos para a Companhia; (iii) exercer o direito de preferência na subscrição de futuros aumentos do capital social das empresas em que a Companhia participe; (iv) realizar aumentos no capital social da Companhia; e (v) pagar os dividendos intermediários.

Notas Explicativas

NOTA 7 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A INVESTIMENTOS BEMGE apura separadamente, em cada exercício, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

Demonstração do Cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social:

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	16.427	11.675
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes (Nota 2.3e)	(5.585)	(3.970)
Acréscimos/Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social Decorrentes de:		
Dividendos	79	67
Outras Despesas Inedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(122)	(256)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(5.628)	(4.159)

NOTA 8 – VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A seguir apresentamos resumo do valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	31/12/2014	31/12/2013	Níveis de Risco
	Valor Contábil / Valor Justo Estimado	Valor Contábil / Valor Justo Estimado	
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação (*)	93.931	84.509	Nível 2

(*) Estes ativos são registrados no balanço pelo seu Valor Justo.

De acordo com o CPCs, a INVESTIMENTOS BEMGE classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

Nível 1: Preços (cotações) disponíveis em mercados ativos.

Nível 2: Informações que não sejam preços (cotações) de ativos e passivos idênticos, ou seja, utiliza-se de *inputs* observáveis, como juros, volatilidade, etc.

Nível 3: Utiliza-se de *inputs* não observáveis, baseados em premissas próprias da entidade.

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações no Mercado Aberto** - O valor contábil desses instrumentos se aproxima de seu valor justo.
- Ativos Financeiros Mantidos para Negociação** – Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Na ausência de preço cotado na

Notas Explicativas

ANBIMA, os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado (corretoras). Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima.

- c) **Outros Ativos Financeiros** – Basicamente compostos de depósitos em garantia de passivos contingentes. Os valores contábeis desses ativos aproximam-se significativamente de seus valores justos, uma vez que basicamente representam, depósitos exigidos judicialmente (indexado a taxas de mercado). Todos esses itens representam ativos sem riscos significativos de mercado, de crédito e de liquidez.

NOTA 9 - PROVISÕES

Provisões Fiscais

	31/12/2014	31/12/2013
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias ^(*)	2.243	2.225
Outras	3	15
Total	2.246	2.240

(*) Representadas pela tese: EC 10/96 (1º sem/96): Aplicação do princípio da anterioridade.

NOTA 10 – PARTES RELACIONADAS

- a) As operações realizadas entre partes relacionadas, são divulgadas em atendimento à Deliberação nº 642, de 07/10/2010, da CVM. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. Entre essas operações destacam-se:

	Taxa Anual	Ativos		Receitas (Despesas)	
		31/12/2014	31/12/2013	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Itaú Unibanco S.A. - Ligada					
Aplicações no Mercado Aberto ^(*)	100% da SELIC	72.602	65.737	7.153	547
Despesas do Sistema Financeiro		-	-	(94)	(111)

(*) Carteira composta por Aplicações em Operações Compromissadas - Posição Bancada com vencimentos acima de 365 dias.

- b) **Remuneração do Pessoal Chave da Administração** – Os honorários atribuídos aos Administradores da INVESTIMENTOS BEMGE são pagos pelo controlador Itaú Unibanco Holding S.A.

NOTA 11 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- a) **Gerenciamento de Riscos** - A gestão de risco é considerada um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a obter a melhor relação Risco x Retorno.

O gerenciamento de risco é o processo onde:

- São identificados e medidos os riscos existentes e potenciais das operações;
- São aprovadas políticas, procedimentos e metodologias de gestão e controle de riscos;
- A carteira é administrada vis-à-vis as melhores relações risco-retorno.

A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte e o cumprimento de seus objetivos, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital e na liquidez.

Os processos de gestão de risco permeiam toda a instituição, com total envolvimento da alta administração, que por meio de comissões, define os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de risco. As unidades de controle, por sua vez, apoiam a administração através dos processos de monitoramento e análise de risco.

Notas Explicativas

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos está de acordo com as recomendações no Brasil. O controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é realizada de forma centralizada, visando assegurar que os riscos do conglomerado Itaú Unibanco sejam administrados de acordo com as políticas e os procedimentos estabelecidos. O objetivo do controle centralizado é prover à alta administração uma visão global das exposições do conglomerado aos riscos, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

Cumpra a essa estrutura acompanhar as demandas regulatórias feitas à instituição líder do conglomerado. Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos podem ser consultados no site de www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa/Gerenciamento de Riscos – Circular 3.477, que não faz parte das Demonstrações Contábeis.

I - Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo o risco das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*), entre outros índices sobre estes fatores de risco.

A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição monitora e controla os riscos de variações nas cotações dos instrumentos financeiros devidas aos movimentos de mercado, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, alertas, modelos e ferramentas de gestão adequados.

A política institucional de gerenciamento de risco de mercado encontra-se em linha com os princípios da Resolução nº 3.464, do CMN e alterações posteriores, constituindo um conjunto de princípios que norteiam a estratégia da instituição no controle e gerenciamento de risco de mercado de todas as suas unidades de negócio e suas entidades organizacionais do conglomerado.

O documento que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de mercado, que não faz parte das demonstrações financeiras, pode ser visualizado no site www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Mercado.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios, responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco por meio das unidades de controle estabelecidas nos veículos legais. Além disso, também realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, visando fornecer subsídios para acompanhamento das comissões superiores e atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e no exterior.

O processo de gerenciamento de risco de mercado ocorre dentro da governança e hierarquia de Comissões e limites aprovados especificamente para este fim, sensibilizando diferentes níveis e classes de risco de mercado. Este arcabouço de limites cobre desde o acompanhamento de indicadores agregados de risco (nível de carteira) até limites granulares (nível de mesas individuais). Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, tamanho do patrimônio, liquidez, complexidade e volatilidades de mercado e o apetite de risco da instituição. Os limites são monitorados e controlados diariamente e os excessos são reportados e discutidos nas Comissões competentes. Além disso, relatórios diários de risco, utilizados pelas áreas de negócios e de controle, são emitidos para os executivos.

A estrutura de limites e alertas segue as diretrizes do Conselho de Administração e é aprovada pela Comissão Superior de Políticas de Risco (CSRisc), após deliberações da Comissão Superior de Tesouraria Institucional (CSTI). Esta estrutura de limites e alertas promove a eficácia e a cobertura do controle e é revisada, no mínimo, anualmente.

Essa estrutura de controle de limites tem a função de:

- Proporcionar mais conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do conglomerado Itaú Unibanco;
- Promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco Global e sua evolução no tempo;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Monitorar e evitar a concentração de riscos.

Notas Explicativas

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua do conglomerado.

As exposições a risco de mercado inerentes aos diversos instrumentos financeiros, inclusive derivativos, são decompostas em vários fatores de risco. Fatores de risco de mercado são componentes primários do mercado na formação dos preços. Os principais grupos de fatores de risco mensurados são:

- Taxas de Juros: risco de perda nas operações sujeitas à variações nas taxas de juros;
- Cupons Cambiais: risco de perda nas operações sujeitas à variações das taxas dos cupons de moedas estrangeiras;
- Variação Cambial: risco de perda nas operações sujeitas à variação cambial;
- Índices de Preços: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas dos cupons de índices de preços;
- Renda Variável: risco de perda nas operações sujeitas à variação do preço de ações e commodities;

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (VaR - *Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco calculada a valor de mercado ("*MtM – Mark to Market*"); e
- VaR Estressado: métrica estatística derivada do cálculo de VaR, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira atual, levando-se em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (GAPS): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (*DV01- Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador;
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (GREGAS): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo

O conglomerado Itaú Unibanco utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre principalmente em São Paulo, em ambiente com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*).

O conglomerado Itaú Unibanco, mantendo sua gestão conservadora e diversificação da carteira, seguiu com sua política de operar dentro de limites reduzidos em relação a seu capital no período.

II - Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas: (i) ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, (ii) à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, (iii) à redução de ganhos ou remunerações, (iv) às vantagens concedidas na renegociação ou (v) aos custos de recuperação.

Notas Explicativas

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721/09, do CMN, o conglomerado Itaú Unibanco possui estrutura e política de gerenciamento do risco de crédito, aprovada pelo seu Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias no Brasil e exterior.

O documento que expressa as diretrizes estabelecidas pela política interna de controle de risco de crédito pode ser visualizado no site www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, [Relatório de Acesso Público - Risco de Crédito](#), que não faz parte das Demonstrações Contábeis.

A gestão do risco de crédito visa manter a qualidade da carteira de crédito em níveis adequados para cada segmento de mercado em que opera e a criação de valor para os acionistas, através da análise do retorno ajustado ao risco.

Para proteger-se contra perdas decorrentes de operações de crédito, a instituição considera todos os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente para definir o nível de provisões adequado ao risco incorrido em cada operação. Observa-se, para cada operação, a avaliação e classificação do cliente ou grupo econômico, a classificação da operação e a eventual existência de valores em atraso.

III - Risco Operacional

O risco operacional consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A gestão de risco operacional tem como objetivos identificar, avaliar, mensurar e responder aos riscos operacionais da instituição e monitorá-los com a finalidade de manter as perdas e os riscos dentro dos limites estabelecidos pelo conglomerado Itaú Unibanco e garantir aderência às diretrizes internas e à regulamentação vigente. Os gestores das áreas de negócio e de suporte se utilizam de metodologias corporativas construídas e disponibilizadas pelas áreas de risco operacional, de controles internos e *compliance* para suportar o processo de gestão.

O controle de risco operacional é o processo de mensuração, monitoramento e reporte dos riscos que visa garantir que o perfil de risco do conglomerado esteja dentro dos limites definidos pela alta administração e que esta seja informada tempestivamente sobre os principais riscos da instituição. Este controle é realizado pela área de risco operacional, controles internos e *compliance*, que por sua vez se utilizam das metodologias de controle e das informações de risco geradas pelas áreas de negócio. Dentro da governança do processo de gerenciamento de riscos operacionais, existem fóruns específicos de risco operacional, controles internos e *compliance* onde periodicamente se apresentam os reportes consolidados do monitoramento dos riscos, controles, planos de ação e perdas operacionais aos executivos das áreas de negócio.

O conjunto de princípios, governança, papéis e responsabilidades, metodologias e procedimentos que suportam o processo de gerenciamento de riscos operacionais são descritos e publicados no normativo institucional para gerenciamento de risco operacional. Uma versão resumida do normativo institucional de gerenciamento de risco operacional pode ser acessada no site www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público – Risco Operacional, que não faz parte das Demonstrações Contábeis.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.380/06, do CMN, o conglomerado Itaú Unibanco definiu uma política de gerenciamento do risco operacional, aprovada pelo seu Conselho de Administração, e aplicável às empresas e subsidiárias no Brasil e exterior.

IV - Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O controle de risco de liquidez é realizado por área independente das áreas de negócio e responsável por definir a composição da reserva, propor premissas para o comportamento do fluxo de caixa, identificar, avaliar, monitorar, controlar e reportar diariamente a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, propor limites de risco de liquidez individualmente nos países onde o conglomerado Itaú Unibanco opera, simular o comportamento do fluxo de caixa sob condições de estresse, avaliar e reportar previamente os riscos inerentes a novos produtos e operações e reportar as informações requeridas pelos

Notas Explicativas

órgãos reguladores. Todas as atividades são sujeitas à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

A mensuração do risco de liquidez abrange todas as operações financeiras das empresas do conglomerado Itaú Unibanco, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas, tais como as advindas de serviços de liquidação, prestação de aviais e garantias, e linhas de crédito contratadas e não utilizadas.

O documento que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez pode ser visualizado no site www.italu-unibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público – Risco de Liquidez, que não faz parte das Demonstrações Contábeis.

b) Lei nº 12.973 – Em 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº12.973, conversão da Medida Provisória nº 627, que altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A referida Lei nº 12.973/14 dispõe, entre outros assuntos, sobre:

- A revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº11.941, de 27 de maio de 2009;
- A tributação da pessoa jurídica domicílica no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial de corrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior.

Estimamos que a referida Lei nº 12.973/14 não acarreta efeitos contábeis relevantes nas Demonstrações Contábeis da INVESTIMENTOS BEMGE.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações Contábeis

Aos Administradores e acionistas
Investimentos Bemge S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Investimentos Bemge S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Investimentos Bemge S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação do DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 05 de fevereiro de 2015

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em reunião realizada em 5/2/2015, e após analisar e discutir as demonstrações contábeis de 2014, o relatório de análise gerencial da operação, bem como os respectivos pareceres da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, a Diretoria deliberou, por unanimidade, em observância à disposição do inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, declarar que reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis e com o relatório gerencial da operação relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em reunião realizada em 5/2/2015, e após analisar e discutir as demonstrações contábeis de 2014, o relatório de análise gerencial da operação, bem como os respectivos pareceres da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, a Diretoria deliberou, por unanimidade, em observância à disposição do inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, declarar que reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas nos pareceres emitidos pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.